

# ***Estudo sobre as Políticas de Apoio às Famílias das Crianças com Necessidades Educativas Especiais Definidas pelo Governo da RAEM – Uma Análise Empírica Assente na IPA\****

*Tong Chi Man\*\**

## **I. Formulação das questões**

### **1. Contexto e motivos do estudo**

Nos últimos dez anos, registou-se uma mudança significativa no número de crianças com necessidades educativas especiais. As informações divulgadas na *internet* pelo Governo demonstram que no intervalo de dez anos lectivos compreendidos entre 2012/2013 e 2021/2022, o número de alunos com necessidades educativas especiais subiu de 1 098 para 3 154,<sup>1</sup> sendo manifesta a

---

\* A presente tese representa o resultado preliminar do projecto de estudo encomendado pela Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude em 2019 e intitulado “Estudo sobre o estilo parental e a situação real das necessidades e acesso ao apoio familiar dos encarregados de educação das crianças com necessidades educativas especiais em Macau”, que foi finalizado em 2021.

\*\* Doutorado em Ciências da Educação, académico visitante da Faculdade de Ciências Sociais e Educação da Universidade de São José, investigador do Centro para o Desenvolvimento de Educação do Instituto de Estudos Académicos Internacional (Macau).

<sup>1</sup> *Visão Geral da Estatística do Ensino Não Superior de 2022: Dados do Ensino Não-Superior*, Dezembro de 2022, [https://mirror1.dsedj.gov.mo/dsedj/stati/2021/c/edu\\_num21\\_part2.pdf](https://mirror1.dsedj.gov.mo/dsedj/stati/2021/c/edu_num21_part2.pdf).

tendência de aumento. Além disso, o Centro de Avaliação Conjunta Pediátrica, criado em meados de 2016 por iniciativa do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), recebeu 1 783 pedidos até Outubro de 2017, dos quais se verificou que 526 crianças precisavam de intervenção terapêutica; já o Centro de Reabilitação Pediátrica, criado em 2017 pelo Governo da RAEM, registou 201 e 269 crianças que estavam em lista de espera de terapia ocupacional e de terapia da fala, respectivamente, variando o tempo de espera entre 6 a 11 meses.<sup>2</sup> Até Novembro de 2018, cerca de 3 000 casos foram processados pelo Centro de Avaliação Conjunta Pediátrica.<sup>3</sup> Em 2021, os casos transferidos para o Centro de Avaliação Conjunta Pediátrica aumentaram 50% em relação a 2016. Os dois referidos Centros, criados pelo Governo da RAEM, prestaram serviços de avaliação e serviços de reabilitação subsequentes a um total de cerca de 6 000 crianças. Actualmente tem-se registado em Macau, após avaliação, uma média anual de cerca de 700 crianças com diversos tipos de distúrbios do desenvolvimento, número que não só representa 8% a 12% do universo das crianças da mesma idade, como também supera a percentagem das crianças com distúrbios do desenvolvimento nas estatísticas da Organização Mundial da Saúde (OMS) que é de 6% a 8% aproximadamente.<sup>4</sup> Face a isto, o Governo da RAEM tomou medidas de precaução, ao tornar público, ainda em 2016, o «Planeamento dos Serviços de Reabilitação da Região Administrativa Especial de Macau para o Próximo Decénio (2016–2025)», que prevê “Criar mais instituições de intervenção precoce e aumentar as vagas dos serviços de formação precoce”, impulsionar as acções respeitantes à educação especial e à educação inclusiva, bem como optimizar os serviços de apoio ao emprego e de reabilitação profissional às pessoas deficientes.<sup>5</sup> Além disso, o Governo da RAEM promulgou

---

<sup>2</sup> “Educação precoce para crianças especiais abordada no programa ‘Macau Fórum’”, in *Exmoo News*, de 18 de Outubro de 2017.

<sup>3</sup> “O tempo de espera para avaliação para efeitos de tratamento precoce reduziu 90%”, in *Jornal “Ou Mun”*, de 10 de Novembro de 2018.

<sup>4</sup> “Serviços de tratamento precoce abordados no programa ‘Macau Fórum’”, notícia da Teledifusão de Macau, S.A., de 1 de Junho de 2002, <https://www.tdm.com.mo/zh-hant/news-detail/697892?date=>.

<sup>5</sup> “Planeamento dos Serviços de Reabilitação da Região Administrativa Especial de Macau para o Próximo Decénio (2016 – 2025)”, Governo da Região Administrativa Especial de Macau, Outubro de

o Regulamento Administrativo n.º 29/2020 (Regime do ensino especial), que prevê uma série de políticas e medidas de prestação de aconselhamento e serviços de transição referentes ao ensino, ao currículo, à avaliação, ao ambiente sem barreiras, ao prosseguimento dos estudos e ao emprego para crianças com necessidades educativas especiais, por parte de todos os intervenientes, nomeadamente a Administração e as escolas.<sup>6</sup> Constatase que, com o crescimento da população com necessidades educativas especiais, a comunidade tem vindo a registar uma enorme procura de serviços de apoio para estas crianças em situação de vulnerabilidade em matérias de educação, treino de reabilitação precoce e planeamento da carreira, pelo que o Governo da RAEM, face a esta situação, tem disponibilizado aos encarregados de educação, muitos serviços de apoio familiar, recorrendo à revisão da lei, assim como à elaboração e execução de políticas.

Em virtude do aumento contínuo do número de crianças com necessidades educativas especiais, a pressão sofrida pelas suas famílias e a disponibilização do apoio social começaram a despertar a atenção do sector académico de Macau. Um estudo feito anteriormente em Macau revela que os principais cuidadores são os encarregados de educação, principalmente mães dos grupos etários de 31 a 40 anos e de 41 a 50 anos, que mantêm uma relação pouca harmoniosa com o cônjuge, e para além de terem crianças com dois ou mais transtornos, acusam muito stress associado na vida.<sup>7</sup> Os estudos que abordam frequentemente os apoios sociais e em conjunto com o *stress* associado à vida demonstram que, em Macau, os apoios sociais usufruídos pelos encarregados de educação de crianças com necessidades educativas especiais resumem-se, sobretudo, ao “apoio emocional” resultante do relacionamento interpessoal, enquanto que o “apoio

---

2016, [http://www.ias.gov.mo/wp-content/themes/ias/pt/download/rehabilitation-service10n-ghwb\\_pcwz.pdf](http://www.ias.gov.mo/wp-content/themes/ias/pt/download/rehabilitation-service10n-ghwb_pcwz.pdf).

<sup>6</sup> *Regulamento Administrativo n.º 29/2020 (Regime do ensino especial)*, Imprensa Oficial de Macau, de 27 de Julho de 2020, <https://bo.io.gov.mo/bo/i/2020/30/regadm29.asp#29>.

<sup>7</sup> Tong Chi Man, Lee Sung Yi e Sze Tat Ming, “Investigação empírica, sobre o stresse na vida dos pais, pela inclusão dos seus educandos, com necessidades especiais, em turmas do ensino regular”, in *Revista de Administração Pública de Macau*, 2019-1.º, páginas 61 a 79.

material” proveniente do Governo da RAEM e da sociedade são considerados genéricos; os encarregados de educação bem instruídos, e que mantêm uma relação harmoniosa com o cônjuge consideram que os apoios sociais disponibilizados são satisfatórios.<sup>8</sup> Mesmo que o Governo da RAEM tenha lançado, nos últimos anos, as políticas de apoio familiar, será que a procura dos serviços de apoio familiar por partes dos encarregados de educação das crianças com necessidades educativas especiais corresponde à sua disponibilidade? Poderão os apoios recebidos satisfazer as suas necessidades? Das políticas definidas pelo Governo da RAEM, quais são os serviços de apoio familiar mais procurados, apesar de não satisfazerem as necessidades das famílias? Quais os serviços de apoio familiar cuja oferta é suficiente? Quais os serviços de apoio familiar cuja oferta ainda é insuficiente? Quais os serviços de apoio familiar com prioridade de melhoria? Quais os serviços com baixa prioridade de melhoria? São estas as questões que o investigador pretende averiguar, na sequência de uma série de políticas de apoio às famílias com crianças com necessidades educativas especiais implementadas pelo Governo da RAEM. Neste sentido, procede-se à investigação nesta área, recorrendo à “Análise Importância-Desempenho” (sigla em inglês: “IPA”, *Importance Performance Analysis*), um método aplicado com frequência em domínios como a qualidade dos serviços prestados pelas empresas e a administração pública, com vista a identificar os serviços de apoio família cuja oferta é considerada suficiente ou que devem ser alvo de melhoria, na opinião dos encarregados de educação, bem como apresentar, de acordo com as conclusões obtidas, sugestões ao Governo da RAEM, o que tem um significado prático relevante.

## **2. Objectivos do estudo**

Em conformidade com os motivos de investigação supracitados, são objectivos do presente estudo os seguintes:

---

<sup>8</sup> Tong Chi Man, Lee Sung Yi e Sze Tat Ming, “Análise empírica sobre o apoio social aos encarregados de educação dos alunos inclusivos em Macau”, in *Revista Evolução do Ensino*. Volume 8, 2018-5.º, página 545 a 554.

1) Averiguar as discrepâncias existentes entre a procura de apoio disponibilizado às famílias de Macau com crianças com necessidades educativas especiais e a sua disponibilidade;

2) Identificar os serviços prestados pelo Governo da RAEM, no âmbito das suas políticas de apoio familiar que os encarregados de educação de Macau com crianças com necessidades educativas especiais consideram satisfatórios;

3) Identificar os serviços prestados pelo Governo da RAEM, no âmbito das suas políticas de apoio familiar, que devem ser melhorados, na opinião dos encarregados de educação de Macau com crianças com necessidades educativas especiais;

4) Apresentar ao Governo da RAEM, de acordo com os resultados do estudo, sugestões relativas às políticas de apoio às famílias de Macau com crianças com necessidades educativas especiais.

### **3. Questões em estudo**

Tendo em conta os temas a serem estudados, colocam-se as seguintes questões:

1) Em termos estatísticos, será que existe discrepâncias significativas entre a procura e a disponibilidade de apoio concedido às famílias de Macau com crianças com necessidades educativas especiais?

2) Quais são os serviços disponibilizados pelo Governo da RAEM, no âmbito das suas políticas de apoio familiar, que satisfazem os encarregados de educação de Macau com crianças com necessidades educativas especiais?

3) Quais são os serviços disponibilizados pelo Governo da RAEM, no âmbito das suas políticas de apoio familiar que na opinião dos encarregados de educação de Macau com crianças com necessidades educativas especiais, devem ser alvo de melhoria?

## II. Revisão bibliográfica

### 1. Políticas de apoio familiar

Havendo crianças com necessidades educativas especiais, os seus encarregados de educação experimentam necessariamente um período de adaptação em que enfrentam grande pressão nos aspectos psicológico, mental e da vida. Essas crianças enfrentam diferentes desafios em várias fases do seu crescimento, resultando certamente na procura de diversos tipos de apoio familiar por parte dos encarregados de educação.<sup>9</sup> Entende-se por apoio familiar no contexto da educação especial, uma série de serviços de apoio orientados para a família, prestados por intervenientes como governos, estabelecimentos de ensino e organizações de educação especial sem fins lucrativos, para elevar a eficácia dos pais no cumprimento dos seus deveres e colocar à disposição das famílias com crianças com necessidades educativas especiais, serviços de aconselhamento, informação, educação parental ou informações relacionadas.<sup>10</sup> Na perspectiva da Teoria dos Sistemas Ecológicos (*Ecological Systems Theory*), a interacção entre a criança com necessidades educativas especiais e a família não se resume apenas aos impactos do “microsistema” (*microsystem*) sobre a interacção entre as crianças e os membros da família, mas também aos impactos indirectos dos “mesossistema” (*mesosystem*), “exossistema” (*exosystem*) e “macrossistema” (*macrosystem*) sobre as crianças e os membros da sua família.<sup>11</sup> Nesta conformidade, o governo de qualquer cidade ou região que pretenda definir políticas de apoio às famílias com crianças com necessidades educativas especiais, deve demonstrar todo seu apoio aos diversos sistemas ambientais, incluindo os encarregados de educação, os estabelecimentos de ensino, as organizações de pais,

---

<sup>9</sup> Hung Yu-Chuan e Lai Tsuei-Yuan, “Sobre as políticas de apoio familiar aos alunos especiais, in *Periódico Educação Especial Yunjia*. Volume 15 do ano 2012, páginas 17 a 23.

<sup>10</sup> Chang Su-Yu, “Estudos sobre serviços de apoio aos alunos com deficiência auditiva nas escolas primárias da área da Cidade de Kaohsiung, Distrito de Kaohsiung e Cidade Pingtung”. Tese de mestrado da Universidade Normal de Kaohsiung, 2004, página 55 a 60.

<sup>11</sup> Urie, Bronfenbrenner, “Ecology of the Family as a Context for Human Development: Research Perspectives. *Developmental Psychology*”, 1986-22.º, 723-742.

a assistência médica, a reabilitação, a economia externa, o direito, as políticas e a cultura. Os encarregados de educação das crianças com necessidades educativas especiais só podem ter acesso aos melhores serviços de apoio familiar quando conseguirem o apoio dos respectivos ambientes e existir inclusivamente um bom relacionamento entre os sistemas ambientais.

Um artigo relacionado com o plano de apoio familiar intitulado «O que é apoio familiar? (*What is family support?*)», publicado pela Faculdade de Acção Social da Universidade da Carolina do Norte dos Estados Unidos da América, sugere que as políticas de apoio familiar destinadas aos encarregados de educação e aplicadas pelos governos devem abranger: 1) Como aceder aos serviços – informações sobre diagnóstico, deficiências e recursos; 2) Apoio entre os pais – contacto com outras pessoas com experiências análogas e seus apoios; 3) Seminários e grupos de apoio – debates sobre acções de formação e estratégias disponíveis; 4) Actividades sociais actividades recreativas para toda a família; 5) Promoção e definição das políticas favoráveis à família – intervenção na definição das políticas e dos serviços relacionados com a família e as pessoas portadoras de deficiência.<sup>12</sup> Em termos de investigação académica, os investigadores adoptam perspectivas ligeiramente diferente dos outros na abordagem das políticas de apoio familiar. Enquanto uns estudos abordam, em cinco vertentes, as políticas de apoio adoptadas pelos governos, nomeadamente apoio psicológico, apoio de informação, apoio económico, apoio profissional e apoio de serviços,<sup>13 14</sup> ou apoio de informação, apoio de serviços profissionais, apoio económico, apoio de

---

<sup>12</sup> “Family Support Program. What is family support?”, retrieved from: [fsp.unc.edu/what-is-family-support](http://fsp.unc.edu/what-is-family-support), 2018.

<sup>13</sup> Lo Fu-Mei, “Investigação sobre as necessidades das famílias com crianças com transtorno sobre déficite de atenção com hiperatividade”, tese de Mestrado do Instituto Normal Municipal de Taipei, 2002, página 46.

<sup>14</sup> Kuo Shu-Ting, “Estudos sobre as necessidades e acesso às políticas de apoio às famílias com alunos colocados em turmas de educação especial das escolas primárias da área de Kaohsiung e Pingtung”, tese de mestrado da Universidade de Educação de Pingtung, 2011, página 32.

planeamento da carreira e apoio de auto-cuidado;<sup>15</sup> Também existem estudos que são feitos a partir de seis vertentes, incluindo o apoio moral, apoio de informação, apoio económico, apoio de serviços profissionais, cursos de educação parental e planeamento da carreira,<sup>16</sup> ou apoio económico, serviços profissionais, competências parentais, apoio psicológico, bem como recursos comunitários e apoio social;<sup>17</sup> existem inclusivamente alguns estudos que se desenvolvem em sete vertentes como o fornecimento de informação, apoio económico, apoio profissional, apoio familiar, apoio social, apoio psicológico, assim como lazer e entretenimento.<sup>18</sup> Tendo em conta os estudos supramencionados e baseando-se nas recomendações da Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude de Macau, bem como a situação real de Macau, resolvemos tomar as matérias referentes ao fornecimento de informação, apoio a nível profissional, apoio de planeamento da carreira, apoio de vida e apoio moral como vertentes de estudo sobre as políticas do Governo da RAEM no âmbito de apoio familiar destinado às crianças com necessidades educativas especiais.

## **2. Método de análise importância-desempenho (IPA)**

A “análise importância-desempenho” (IPA), é um método que foi apresentado em 1977 pelos académicos John A. Martilla e John C. James. Este método foi aplicado, nos primeiros tempos à análise da relação entre a importância e o desempenho dos atributos dos produtos e serviços de uma empresa

---

<sup>15</sup> Chung Hsin-Yi, “Investigação sobre as políticas vigentes de apoio às famílias com alunos colocados em turmas de educação especial das escolas secundárias elementares e as suas necessidades”, tese de mestrado da Universidade Normal de Changhua, 2009, página 66.

<sup>16</sup> Cheng Wan-Yu, “Estudos sobre as políticas de apoio às famílias com alunos colocados em turmas de educação especial das escolas primárias das áreas de Taoyuan, Hsinchu e Miaoli”, tese de mestrado do Departamento de Educação Especial da Universidade de Educação de Hisn-Chu, 2006, página 54.

<sup>17</sup> Chung Shu-Hui, “Investigação sobre as políticas vigentes de apoio familiar aos encarregados de educação dos alunos com limitações físicas e psicológicas - O exemplo do Distrito Changhua”, tese de mestrado da Universidade de Educação de Taichung.

<sup>18</sup> Kuo Hsiao-Ping, “Discrepâncias entre as necessidades das famílias com crianças com atraso no desenvolvimento e os respectivos serviços prestados - O exemplo de Taiwan central”, tese de mestrado da Universidade “Providence”, 2012, página 27.

automobilística.<sup>19</sup> Nas comunidades chinesas, este método também se aplica à análise de políticas da administração pública, tais como a relação entre a importância e o desempenho de atributo dos serviços públicos em matéria de tributação e de transportes.<sup>20 21</sup> Este método recolhe, por meio de inquérito à escala, informações sobre a opinião do inquirido relativamente ao “grau de importância” e “grau de desempenho” de um item, podendo, às vezes, o primeiro ser substituído pelo “grau de expectativa” e o último pelo “grau de satisfação”. O eixo vertical representa a opinião do inquirido relativamente ao “grau de importância”, enquanto que o eixo horizontal representa o “grau de desempenho”. Ao aplicar este método na investigação, são usadas escalas de Likert paralelas para medir a reacção do inquirido em relação ao “grau de importância” e ao “grau de desempenho” com as mesmas questões; na análise estatística, são calculadas as notas médias relativas ao grau de importância e ao grau de desempenho de cada questão constante da escala de Likert. Feito isto, as notas médias são apontadas num diagrama matricial bidimensional para classificar os atributos de todos os serviços em quatro quadrantes (conforme o Gráfico I abaixo apresentado): alto grau de importância e alto grau de desempenho (zona para manter o bom trabalho), alto grau de importância e baixo grau de desempenho (zona de melhoramento prioritário), baixo grau de importância e baixo grau de desempenho (zona de melhoria de baixa prioridade) e baixo grau de importância e alto grau de desempenho (zona de provável excesso).<sup>22 23</sup>

---

<sup>19</sup> John A. Martilla & John C. James. “Importance-Performance Analysis. *Journal of Marketing*”, 1977, 41(1), páginas 77-79.

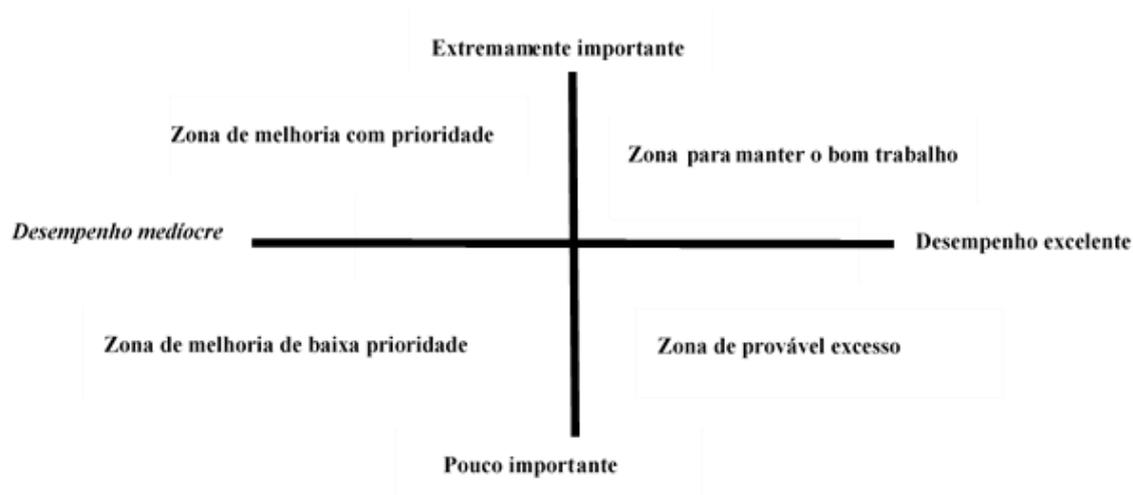
<sup>20</sup> Chen Peng-Yu, “Análise sobre a qualidade dos serviços prestados por órgãos de tributação no uso da IPA - O exemplo da Delegação do Distrito Hualien do Departamento Nacional de Tributação da Zona Norte”, tese de mestrado da Universidade da Cultura Chinesa, 2011, páginas 35 a 46.

<sup>21</sup> Zhou Yen-Ling, “Averiguação do atributo ambiental das ciclovias da Cidade de Taichung no uso da análise importância-desempenho”, Universidade de Chiayi, Fevereiro de 2015, páginas 6 a 11.

<sup>22</sup> Wu Shih-Mei, “Averiguação no uso da IPA sobre o grau de satisfação dos alunos das escolas primárias e dos seus encarregados de educação em relação às cooperativas de consumo para os seus trabalhadores e alunos - O exemplo da Escola Primária da Cidade Novo Taipei”, tese de mestrado da Universidade Chung Hua, 2016, páginas 25 a 26.

<sup>23</sup> Wu Chang-Chen, “Estudos sobre os indicadores de avaliação das associações no uso do método da IPA”, tese de mestrado da Universidade Normal de Taiwan, 2019, página 38 a 41.

**Gráfico I: Esquema matricial da IPA**



Os quatro quadrantes são descritos com se segue:

**1) Primeiro quadrante: alto grau de importância e alto grau de desempenho (zona para manter o bom trabalho)**

Neste quadrante, tanto o “grau de importância” como o “grau de desempenho” são altos. Os governos ou as empresas podem continuar a manter as vantagens existentes e melhorar inclusivamente os itens distribuídos neste quadrante, por forma a mitigar a deterioração, no futuro, da qualidade dos serviços dos respectivos itens, evitar a concorrência de terceiros, fazer da manutenção destes itens a essência do desenvolvimento das suas políticas e convertê-los em principais itens de desenvolvimento.

**2) Segundo quadrante: alto grau de importância e baixo grau de desempenho (zona de melhoramento com prioridade)**

Neste quadrante, o “grau de importância” é alto, porém o “grau de desempenho” é baixo, revelando-se desfavorável para os governos ou para as empresas. Todos os itens constantes deste quadrante são elementos críticos para o desenvolvimento das instituições, razão pela qual, sejam passíveis de melhoria. Nesta conformidade, esses itens devem ter prioridade no aprimoramento futuro.

### **3) Terceiro quadrante: baixo grau de importância e baixo grau de desempenho (zona de melhoramento de baixa prioridade)**

Neste quadrante, o “grau de importância” e o “grau de desempenho” são relativamente baixos. Por isso, os atributos dos itens dos governos ou das empresas situados neste quadrante não são tão relevantes como os constantes da zona de melhoramento prioritário, de modo que poderão, assim, ser processados depois de aprimoramento dos atributos dos itens situados no segundo quadrante.

### **4) Quarto quadrante: baixo grau de importância e alto grau de desempenho (zona de provável excesso)**

Neste quadrante, o “grau de importância” é baixo, porém o “grau de desempenho” é alto. Assim, parece ser excessivo o cuidado a ter com os atributos dos itens situados neste quadrante, podendo os governos ou as empresas poupar recursos e evitar investir demasiado nos projectos relacionados.

Tendo em conta que o objectivo deste estudo é saber, na opinião dos encarregados de educação das crianças com necessidades educativas especiais, quais são os serviços, no âmbito das políticas de apoio familiar definidas pelo Governo da RAEM, com prioridade de melhoramento, baixa prioridade de melhoramento e cuja disponibilidade se considera suficiente, procede-se à substituição do “grau de importância” pelo “grau de procura” e do “grau de disponibilidade” pelo “grau de desempenho”. Foram elaboradas a “Escala da procura de apoio destinado às famílias das crianças com necessidades educativas especiais” e a “Escala da disponibilidade de apoio destinado às famílias das crianças com necessidades educativas especiais”, com base no parecer da Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude de Macau e tendo em conta as referidas cinco vertentes de estudo sobre as políticas de apoio familiar. De entre estas Escalas, a primeira destina-se a conhecer o “grau de procura” no âmbito das políticas de apoio familiar em causa, enquanto que a última, cujas questões são totalmente iguais às da primeira, destina-se a conhecer o “grau de disponibilidade” de apoio familiar.

### **III. Desenho do estudo**

#### **1. Objecto do estudo**

Os objectos da investigação do presente estudo são os encarregados de educação de Macau com crianças com necessidades educativas especiais, e pode ser pai, mãe ou outro cuidador principal na família. Com o auxílio da Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude de Macau, foram enviados convites aos estabelecimentos de ensino e às instituições de intervenção precoce. Foram recolhidos das 6 escolas oficiais e das 16 escolas privadas 1 002 questionários (juntamente com as escalas utilizadas neste estudo), e depois de recorrer aos métodos estatísticos para tratar os valores omissos e processar as informações preenchidas de forma incompleta e eliminar 52 questionários inválidos, contabilizou-se m total de 950 questionários, que, por sua vez, corresponde ao número total de amostras dos encarregados de educação participantes do estudo. Partindo do facto de ter existido, em Macau, menos de 3 000 crianças com necessidades educativas especiais no período compreendido entre os anos lectivos de 2019/2020 e de 2020/2021, e que cada criança teve um encarregado de educação que preencheu o questionário, as amostras válidas do presente estudo representam aproximadamente 30% do seu universo, significando que a amostragem satisfaz os requisitos definidos pelo académico e estatístico Wu Ming-Lung.<sup>24</sup>

#### **2. Ferramentas do estudo**

Tratando-se de um estudo quantitativo, foram recolhidos dados dos inquiridos por meio de um questionário que envolve 22 questões relativas a dados básicos e três escalas de Likert, nomeadamente a “Escala de estilo parental dos encarregados de educação das crianças com necessidades educativas especiais”, a

---

<sup>24</sup> Wu Ming-Lung, “Operações e aplicação das SPSS: Análise estatística prática de questionários” (2.<sup>a</sup> versão), Taipei, Wu-Nan Book Inc., 2016, páginas 84 a 86.

“Escala da procura de apoio destinado às famílias das crianças com necessidades educativas especiais” e a “Escala da disponibilidade de apoio destinado às famílias das crianças com necessidades educativas especiais”. Tendo em conta que esta tese cinge-se apenas à abordagem da realidade contextual de apoio disponibilizado pelo Governo da RAEM às famílias das crianças com necessidades educativas especiais, são apenas, aqui, descritos os componentes da “Escala da procura de apoio destinado às famílias das de crianças com necessidades educativas especiais” e da “Escala da disponibilidade de apoio destinado às famílias das crianças com necessidades educativas especiais”, nos seguintes termos.

Foram definidas cinco vertentes para as duas escalas, tendo em conta as de estudo sobre as políticas de todo tipo de apoio familiar d mencionadas nas literaturas acima referidas. Os temas de cada vertente foram definidos com base nas referências bibliográficas e no parecer da Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude de Macau. Cada escala contém 30 questões (referentes a 30 itens de apoio familiar), enquanto que as cinco vertentes envolvem “fornecimento de informação” (Questões 1 a 6), “apoio profissional” (Questões 7 a 12), “apoio de vida” (Questões 19 a 24), e “apoio moral” (Questões 25 a 30). Ambas as escalas são de Likert e pontuadas. As respostas opcionais reportam à “Escala da procura de apoio familiar destinado às famílias das crianças com necessidades educativas especiais” estão dispostas na sequência “sem necessidade”, “pouca necessidade”, “alguma necessidade”, “necessidade relativa”, “necessário”, e correspondem a 1, 2, 3, 4 e 5 pontos, respectivamente. As respostas opcionais da “Escala da disponibilidade de apoio destinado às famílias das crianças com necessidades educativas especiais” estão dispostas na sequência “insuficientemente acessível”, “pouco acessível”, “acessibilidade regular”, “acessibilidade razoável” e “suficientemente acessível”, correspondendo a 1, 2, 3, 4 e 5 pontos, respectivamente.

Na testagem das duas escalas, foi seleccionado um total de 99 encarregados de educação de 2 escolas oficiais e 4 escolas privadas. Tendo em vista a identificação, neste estudo, dos serviços sujeitos a melhoria por meio da “Análise

Importância-Desempenho”, recorreu-se a “análise separada dos factores de cada vertente”. Os resultados demonstram que as variações explicadas da “procura de apoio de fornecimento de informação”, “procura de apoio profissional”, “procura de apoio à carreira”, “procura de apoio de vida” e “procura de apoio moral” na “Escala da procura de apoio destinado às famílias das crianças com necessidades educativas especiais” são 62,163%, 60,094%, 64,071%, 76,219% e 63,764%, respectivamente, sendo a carga factorial de todas as vertentes superior a 0,5. As variações explicadas da “disponibilidade de apoio de fornecimento de informação”, “disponibilidade de apoio profissional”, “disponibilidade de apoio à carreira”, “disponibilidade de apoio de vida” e “disponibilidade de apoio moral” na “Escala da disponibilidade de apoio destinado às famílias das crianças com necessidades educativas especiais” são 74,321%, 63,264%, 73,570%, 85,502% e 73,739%, respectivamente, sendo a carga factorial de todas as vertentes superior a 0,5. Quanto à análise da fiabilidade, foi aplicada a “validação da consistência interna”, cujos resultados demonstram que os coeficientes alfa de Cronbach relativos a “procura de apoio a nível de fornecimento de informação”, “procura de apoio a nível profissional”, “procura de apoio de vida” e “procura de apoio moral” na “Escala da procura de apoio destinado às famílias das crianças com necessidades educativas especiais” são 0,873, 0,863, 0,845, 0,937, 0,886 e 0,947, respectivamente. Os coeficientes alfa de Cronbach relativos a “disponibilidade de apoio de fornecimento de informação”, “disponibilidade de apoio profissional”, “disponibilidade de apoio à carreira”, “disponibilidade de apoio de vida” e “disponibilidade de apoio moral” no “Inquérito sobre a disponibilidade de apoio destinado às famílias das crianças com necessidades educativas especiais” são 0,930, 0,881, 0,908, 0,966, 0,928 e 0,972, respectivamente. Segundo o critério do académico e estatístico Wu Ming-Lung, a fiabilidade e a validade de ambas as escalas são satisfatórias.<sup>25</sup>

---

<sup>25</sup> Wu, Ming-Lung, “Operações e aplicação das SPSS: Análise estatística prática de questionários” (2.<sup>a</sup> versão), Taipei, Wu-Nan Book Inc., 2016, páginas 505 a 517.

### **3. Recolha e análise de dados**

No respeitante à recolha de dados, foram enviados convites aos estabelecimentos de ensino que admitem aluno com necessidades educativas especiais e distribuídos questionários em papel que seriam recolhidos depois de preenchidos pelos encarregados de educação em causa. Os dados foram introduzidos com o *software* SPSS 27.0, tendo sido efectuado simultaneamente o “tratamento dos valores omissos” de acordo com os critérios estatísticos, de modo a utilizar, quanto possível, os dados obtidos para efeitos de análise. Quanto à Questão 1, a análise estatística foi feita com o “Teste-T para Amostras emparelhadas” (*Paired-Samples T Test*), para verificar se existiam discrepância significativa entre a procura de apoio familiar e a disponibilidade de apoio familiar, de acordo com o nível de significância do valor *t*. Às Questões 2 e 3 foram aplicados o método “Análise Importância-Desempenho” para analisar através do diagrama matricial bidimensional, as pontuações das 30 questões. Pretende-se, assim, identificar quais os serviços de apoio disponibilizados pelo Governo da RAEM que são considerados suficientemente disponíveis, e quais são aqueles que carecem de melhoria.<sup>26</sup>

## **IV. Resultados do estudo**

### **1. Análise das discrepâncias entre a procura e a disponibilidade de apoio familiar**

As discrepâncias entre a procura e a disponibilidade de apoio familiar destinado às crianças com necessidades educativas especiais de Macau estão expostas na Tabela I.

---

<sup>26</sup> Chen Kuan Yu & Wang Cheng-Hua, “Análise estatística prática de teses - Aplicação das SPSS e AMOS”, Taipei, Wu-Nan Book Inc., 2017, páginas 147 a 158 e 336 a 341.

**Tabela I: Discrepâncias entre a procura e a disponibilidade de apoio familiar**

<b>Variantes e vertentes</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio padrão</b>	<b>Valor <i>t</i></b>
<b>Variantes emparelhadas 1</b>			
Procura de apoio de fornecimento de informação	3,74	0,963	23,352***
Disponibilidade de apoio de fornecimento de informação	2,70	0,941	
<b>Variantes emparelhadas 2</b>			
Procura de apoio profissional	3,96	0,942	26,803***
Disponibilidade de apoio profissional	2,77	0,964	
<b>Variantes emparelhadas 3</b>			
Procura de apoio à carreira	3,80	1,001	29,365***
Disponibilidade de apoio à carreira	2,43	0,989	
<b>Variantes emparelhadas 4</b>			
Procura de apoio de vida	3,37	1,183	18,276***
Disponibilidade de apoio de vida	2,42	1,006	
<b>Variantes emparelhadas 5</b>			
Procura de apoio moral	3,40	1,024	16,256***
Disponibilidade de apoio moral	2,76	0,847	
<b>Variantes emparelhadas 6</b>			
Procura de apoio familiar geral	3,65	0,861	26,012***
Disponibilidade de apoio familiar geral	2,62	0,815	

Nota: N=950; \*\*\* significa  $p < 0,001$

Os resultados demonstram que, no âmbito de fornecimento de informação, o valor *t* referente à média da discrepância entre a “procura de apoio de fornecimento de informação” e a “disponibilidade de apoio de fornecimento de informação”, na opinião dos encarregados de educação beneficiados cifra-se em 23,352, sendo  $p < 0,001$  e atinge um nível estatisticamente significativo, o que significa que a discrepância entre a “procura de apoio de fornecimento de informação” e a “disponibilidade de apoio de fornecimento de informação”, no que se refere aos encarregados de educação é significativa. A pontuação correspondente a “disponibilidade de apoio de fornecimento de informação” é manifestamente inferior à da “procura de apoio de fornecimento de informação”,

com uma diferença de 1,049, o que demonstra que a “disponibilidade de apoio de fornecimento de informação” é notoriamente inferior à “procura de apoio de fornecimento de informação”. Na vertente “apoio profissional”, o valor  $t$  referente à média da discrepância entre a “procura de apoio profissional” e a “disponibilidade de apoio profissional”, segundo os encarregados de educação cifra-se em 26,803, sendo  $p < 0,001$  e representa um nível estatisticamente significativo, o que significa que existe uma discrepância nítida entre a “procura de apoio profissional” e a “disponibilidade de apoio profissional”. A pontuação correspondente a “disponibilidade de apoio profissional” é manifestamente inferior à da “procura de apoio profissional”, com uma diferença de 1,192 valor, o que demonstra que a “disponibilidade de apoio profissional” é notoriamente inferior à “procura de apoio profissional”. Quanto à opinião dos encarregados de educação relativamente a “apoio à carreira”, o valor  $t$  referente à média da discrepância entre a “procura de apoio à carreira” e a “disponibilidade de apoio à carreira”, cifra-se em 29,365, sendo  $p < 0,001$  e revela um nível estatisticamente significativo, o que significa que existe uma discrepância notória entre a “procura de apoio à carreira” e a “disponibilidade de apoio à carreira”. A diferença entre a pontuação de “disponibilidade de apoio à carreira” e a da “procura de apoio à carreira” é significativa, com o valor de 1,367, o que demonstra que a “disponibilidade de apoio à carreira” é notoriamente inferior à “procura de apoio à carreira”. Em relação à opinião dos encarregados de educação sobre “apoio de vida”, o valor  $t$  referente à média da discrepância entre a “procura do apoio de vida” e a “disponibilidade de apoio de vida” cifra-se em 18,276, sendo  $p < 0,001$  e atinge um nível estatisticamente significativo, o que significa que existe uma discrepância notória entre a “procura de apoio de vida” e a “disponibilidade de apoio de vida”. A pontuação correspondente a e “disponibilidade de apoio de vida” é manifestamente inferior à de “procura de apoio de vida”, com uma diferença de 0,948 valor, o que demonstra que a “disponibilidade de apoio de vida” é notoriamente inferior à “procura de apoio de vida”. Relativamente à opinião dos encarregados de educação sobre o “apoio moral”, o valor  $t$  respeitante à média da discrepância entre a “procura de apoio moral” e a “disponibilidade de apoio moral” cifra-se em 16,256, sendo  $p < 0,001$  e representa um nível

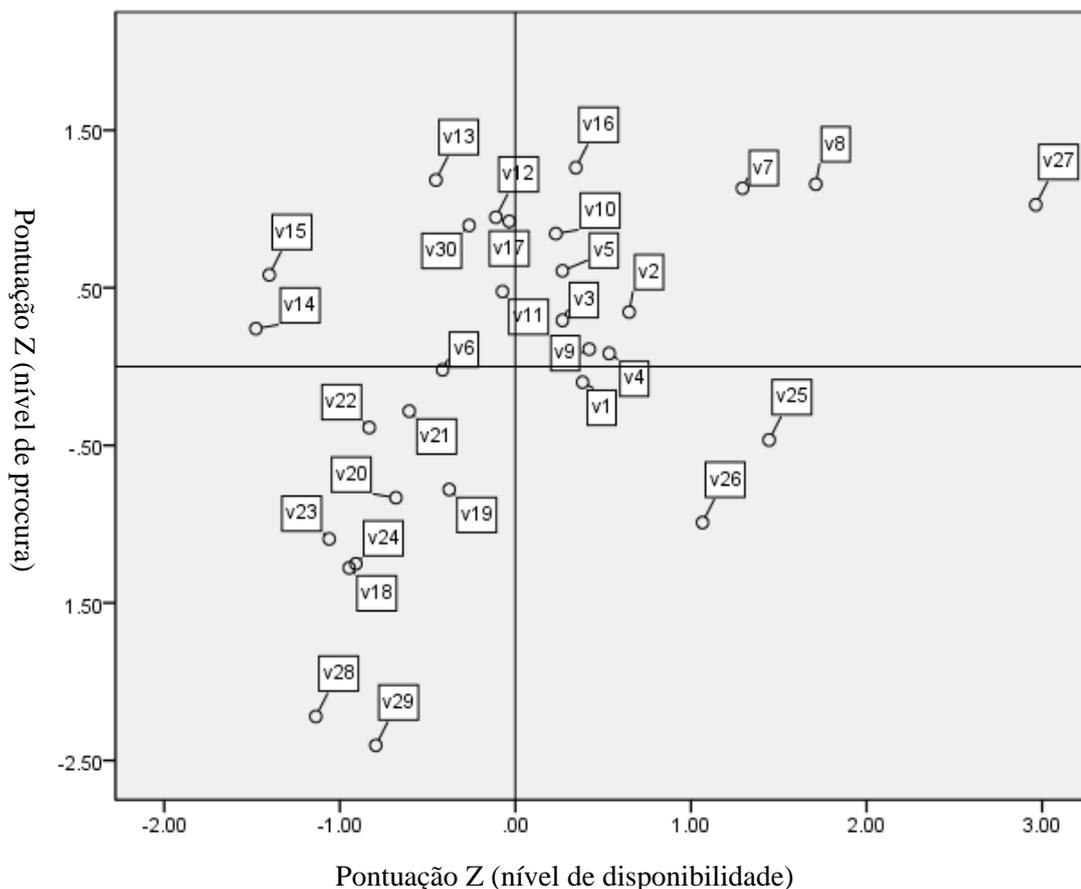
estatisticamente significativo, o que demonstra a existência de uma discrepância notória entre a “procura de apoio moral” e a “disponibilidade de apoio moral”. A pontuação de “disponibilidade de apoio moral” é manifestamente inferior à de “procura de apoio moral”, com uma diferença de 0,639 valor, o que demonstra que a “disponibilidade de apoio moral” é notoriamente inferior à “procura de apoio moral”. No que respeita à opinião dos encarregados de educação em termos de “apoio familiar na globalidade”, o valor  $t$  respeitante à média da discrepância entre a “procura de apoio familiar na globalidade” e a “disponibilidade de apoio familiar na globalidade” cifra-se em 26,012, sendo  $p < 0,001$  e representa um nível estatisticamente significativo, o que demonstra a existência de uma discrepância notória entre a “procura de apoio familiar na globalidade” e a “disponibilidade de apoio familiar na globalidade”. A pontuação de “disponibilidade de apoio familiar na globalidade” é manifestamente inferior à de “procura de apoio familiar na globalidade”, com uma diferença de 1,028 valor, o que demonstra que a “disponibilidade de apoio familiar na globalidade” é notoriamente inferior à “procura de apoio familiar na globalidade”.

Em síntese, verifica-se que existem discrepâncias notórias entre a procura de apoio familiar e a disponibilidade de apoio familiar, segundo a opinião dos encarregados de educação das crianças com necessidades educativas especiais. A disponibilidade de apoio familiar é manifestamente inferior à sua procura, quer em termos de cada um dos serviços, quer em termos globais. Isto demonstra que as políticas de apoio familiar adoptadas pelo Governo da RAEM não conseguem satisfazer as necessidades dos encarregados de educação, ainda assim existe espaço para melhoria.

## **2. Análise dos resultados das modalidades em conformidade e das que carecem de melhoria: IPA**

No Gráfico II são apresentados os resultados da análise IPA, efectuada com o *software* SPSS 27.0, sobre os serviços de apoio familiar disponibilizados pelo Governo da RAEM aos encarregados de educação de Macau com crianças com necessidades educativas especial.

**Gráfico II: Esquema matricial da IPA referente ao apoio familiar**



**1) Primeiro quadrante: zona para manter o bom trabalho**

Os resultados da IPA demonstram que dez itens figuram no primeiro quadrante, nomeadamente “Q2. Disponibilização de informações de apoio à educação das crianças”, “Q3. Disponibilização de informações sobre os serviços sociais de apoio às crianças”, “Q4. Disponibilização de informações sobre os serviços de educação especial”, “Q5. Disponibilização de informações sobre materiais pedagógicos de apoio à aprendizagem das crianças”, “Q7. Disponibilização de apoio para a aprendizagem das crianças”, “Q8. Disponibilização de apoio através de docentes especializados (tais como: professores de recurso e de educação especial”, “Q9. Prestação de assistência médica às crianças”, “Q10. Prestação de apoio de treinos terapêuticos às crianças”, “Q16. Treino de auto-cuidado para crianças” e “Q27. Apoio escolar”. A

distribuição neste quadrante desses dez itens significa que para os encarregados de educação existe um alto nível de procura e de disponibilidade, ou seja, que o nível de disponibilidade corresponde ao de procura.

## **2) Segundo quadrante: zona de melhoramento prioritário**

Os resultados da análise IPA revelam a existência de oito itens no segundo quadrante, nomeadamente “6. Disponibilização de informações sobre requerimento de equipamentos auxiliares para as crianças”, “Q11. Disponibilização de apoio emocional às crianças”, “Q12. Disponibilização de apoio de interacção social às crianças”, “Q13. Planeamento para prosseguimento de estudos das crianças”, “Q14. Planeamento de emprego das crianças”, “Q15. Acompanhamento contínuo de adaptação à vida após a conclusão dos estudos”, “Q17. Treino de adaptação das crianças à comunidade” e “Q30. Apoio comunitário e do Governo”. Os oito itens situados neste quadrante representam para os encarregados de educação, alto nível de procura e pouca disponibilidade, ou seja, a disponibilidade dos serviços não corresponde ao nível de procura destes.

## **3) Terceiro quadrante: baixo grau de importância e baixo grau de desempenho (zona de melhoramento de baixa prioridade)**

Os resultados da IPA revelam a existência de nove itens no terceiro quadrante, nomeadamente “Q18. Disponibilização de serviços de enfermagem e cuidados às crianças”, “Q19. Disponibilização de serviços parentais de interacção pais-filhos”, “Q20. Disponibilização de serviços parentais de treino domiciliário das crianças”, “Q21. Disponibilização de serviços parentais de apoio à aprendizagem das crianças”, “Q22. Disponibilização de serviços parentais para lidar com as emoções das crianças”, “Q23. Disponibilização de serviços de aconselhamento psicológico à família”, “Q24. Disponibilização de serviços de educação parental à família”, “Q28. Apoio dos vizinhos”, “Q29. Apoio dos colegas de trabalho”. Destes itens e, 19 a 24 constituem “apoio de vida”. Se bem que estes nove itens representem para os encarregados de educação baixo nível de procura e de disponibilidade, ainda existe, em termos de seu desenvolvimento, para espaço de melhoria.

#### **4) Quarto quadrante: zona de provável excesso**

Os resultados da IPA revelam a existência de três itens neste quadrante, nomeadamente “Q1. Disponibilização de informações sobre os distúrbios do desenvolvimento físico e psicológico das crianças”, “Q25. Apoio do cônjuge” e “Q26. Apoio dos familiares e amigos”. Os três itens deste quadrante denotam um bom nível de disponibilidade dos serviços atinentes para os encarregados de educação, e embora possam satisfazer as suas expectativas a longo prazo, não são os itens de apoio familiar que eles mais valorizam.

### **V. Avaliação geral**

#### **1. Avaliação**

##### **1) Avaliação das discrepâncias entre a procura e a disponibilidade de apoio familiar**

Este estudo revela que os encarregados de educação das crianças com necessidades educativas especiais sentem que existem discrepâncias notórias entre a procura de apoio familiar e a sua disponibilidade. Em termos globais, a disponibilidade de diversos tipos de apoio familiar é manifestamente inferior à sua procura. Isto demonstra que, para os encarregados de educação, existe um fosso nítido em relação ao apoio familiar facultado pelo Governo da RAEM, no âmbito das suas políticas, as expectativas dos encarregados de educação e a disponibilidade desses apoios. Um estudo realizado anteriormente sobre estudantes das turmas de educação especial dos estabelecimentos de ensino secundário de Taiwan revelou a existência de discrepâncias significativas entre as políticas vigentes de apoio familiar e a sua procura; o apoio familiar do âmbito de “informação”, “serviços profissionais”, “económico”, “planeamento da carreira” e “auto-cuidado atingiu um nível notório ( $p < 0,01$ ), e as pontuação referente ao desempenho a todos os níveis de apoio familiar revelou-se e significativamente inferior e à da sua procura, o que significa que a procura de diversos tipos de apoio

familiar por parte dos encarregados de educação dos estudantes das turmas de educação especial dos estabelecimentos de ensino secundário foi manifestamente superior à sua disponibilidade.<sup>27</sup> O presente estudo também apresenta um resultado análogo, o que significa que, em Macau, o apoio familiar destinado às crianças com necessidades educativas especiais está aquém de satisfazer totalmente as suas necessidades; ainda assim, revela-se, necessário averiguar profundamente as razões pertinentes, reflectir e proceder as melhorias necessárias.

## **2) Discussão sobre IPA da zona de manter o bom trabalho e da zona de provável excesso**

A/ IPA revelou, neste estudo, a existência de um total de dez modalidades de apoio familiar na “zona para manter o bom trabalho”, nomeadamente “Q2. Disponibilização de informações de apoio à educação das crianças”, “Q3. Disponibilização de informações sobre os serviços sociais de apoio às crianças”, “Q4. Disponibilização de informações sobre os serviços de educação especial”, “Q5. Disponibilização de informações sobre materiais pedagógicos complementares destinados à aprendizagem das crianças”, “Q7. Disponibilização de apoio para a aprendizagem das crianças”, “Q8. Disponibilização de apoio através de docentes especializados (tais como: professores de recurso e de educação especial”, “Q9. Prestação de assistência médica às crianças”, “Q10. Prestação de apoio de treinos terapêuticos às crianças”, “Q16. Treino de auto-cuidado das crianças” e “Q27. Apoio escolar”. Os encarregados de educação registam uma grande procura dessas modalidades, sendo que a sua disponibilidade também é elevada; resumindo as dez modalidades que figuram na zona para manter o bom trabalho, importa referir que todas elas recaem no âmbito do apoio concedido directamente pelo Governo da RAEM, ou por solitação da colaboração dos estabelecimentos de ensino ou das instituições de reabilitação sem fins lucrativos, por meio de políticas ou instruções, no sentido de responder às necessidades das famílias em causa. Do Planeamento dos Serviços de Reabilitação

---

<sup>27</sup> Chung Hsin-Yi, “Investigação sobre as políticas vigentes de apoio às famílias com alunos colocados em turmas de educação especial das escolas secundárias elementares e as suas necessidades”, tese de mestrado da Universidade Normal de Changhua, 2009, páginas 110 a 111.

da Região Administrativa Especial de Macau para o Próximo Decénio (2016 – 2025) e do Regulamento Administrativo n.º 29/2020 (Regime do ensino especial) pode constatar-se que o apoio do Governo em termos de aprendizagem no âmbito da educação especial e da educação inclusiva, qualificação do pessoal docente, disponibilização de informações sobre a educação especial e aconselhamento dos encarregados de educação se concretiza mediante um conjunto de diplomas legais e políticas,<sup>28 29</sup> por outro lado, foram intensificadas as acções de avaliação médica precoce e a reabilitação precoce para fazer face ao aumento crescente de crianças com necessidades educativas especiais.<sup>30</sup> Referindo-se especialmente ao aumento docentes qualificados, as políticas e instruções relacionadas poderão levar a que os professores e inclusivamente a administração das escolas proporcionem mais apoios aos encarregados de educação fazendo-lhes sentir que estão a receber apoios suficientes e relacionados com os as dez modalidades constantes da “zona para manter o bom trabalho”. Neste contexto, de acordo com a IPA, tanto o Governo da RAEM como as demais associações de educação especial e instituições de reabilitação sem fins lucrativos podem prosseguir com a dinâmica de apoio no âmbito dessas modalidades de serviços. Já em relação a 3 modalidades que constam da “zona de provável excesso”, nomeadamente “Q1. Disponibilização de informações sobre diversos tipos de distúrbios do desenvolvimento físico e psicológico das crianças”, “Q25. Apoio do cônjuge” e “Q26. Apoio de familiares e amigos”, constituem acções promocionais e de sensibilização da educação especial, e apesar de se demonstrar que estas três modalidades podem ser preservadas, no entanto as evidências apontam que, por enquanto, o Governo da RAEM não precisa investir demasiados recursos na divulgação de informações relativas aos distúrbios do desenvolvimento físico e

---

<sup>28</sup> “Planeamento dos Serviços de Reabilitação da Região Administrativa Especial de Macau para o Próximo Decénio (2016 – 2025)”, Governo da Região Administrativa Especial de Macau, Outubro de 2016. [http://www.ias.gov.mo/wp-content/themes/ias/pt/download/rehabilitation-service10n-ghwb\\_p.pdf](http://www.ias.gov.mo/wp-content/themes/ias/pt/download/rehabilitation-service10n-ghwb_p.pdf)

<sup>29</sup> “Regulamento Administrativo n.º 29/2020 (Regime do ensino especial)”, Imprensa Oficial de Macau, de 27 de Julho de 2020. <https://bo.io.gov.mo/bo/i/2020/30/regadm29.asp#29>

<sup>30</sup> “Serviços de terapia precoce abordados no ‘Macau Fórum’”. Notícia da Teledifusão de Macau, S.A., de 1 de Junho de 2002. <https://www.tdm.com.mo/zh-hant/news-detail/697892?date=>

psicológico, nem na promoção de apoio dos cônjuges, familiares e amigos às crianças, mas pode continuar a investir nestas três modalidades, utilizando menos recursos, ou alocar, inclusivamente, os recursos que se destinavam a essas três modalidades para, as oito e nove modalidades que figuram no segundo e terceiro quadrante respectivamente. Posto isto, quando houver recursos suficientes, o Governo da RAEM poderá ponderar serenamente o desenvolvimento dessas três modalidades.

### **3) Abordagem sobre a zona de melhoramento prioritário**

Por meio da IPA, este estudo, detectou na “zona para manter o bom trabalho” dos encarregados de educação, um total de oito modalidades de apoio familiar que registam um alto nível de procura por parte destes e pouca disponibilidade. Destas oito modalidades, com excepção de “Q6. Disponibilização de informações sobre requerimento de equipamentos auxiliares para as crianças”, o autor do estudo pode inferir, segundo o demonstrado nos estudos efectuados anteriormente sobre as políticas de educação especial, que os encarregados de educação acusam maior pressão e preocupação em termos de procura de apoio relativo a seis modalidades como “Q11. Disponibilização de apoio emocional às crianças”, “Q12. Disponibilização de apoio de interacção social às crianças”, “Q13. Planeamento para prosseguimento dos estudos das crianças”, “Q14. Planeamento de emprego das crianças”, ao “Q15. Acompanhamento contínuo de adaptação à vida após a conclusão dos estudos” e “Q17. Treino de adaptação das crianças à comunidade”, culminando provavelmente com a grande procura da modalidade “Q30. Apoio comunitário e do Governo”. Referenciados os estudos anteriores, constatou-se, que na realidade, o stress associado à procura dos referidos seis itens pode classificar-se em “stress associado ao desenvolvimento” e “stress associado ao ambiente”. Segundo um estudo realizado anteriormente em Macau, os encarregados de educação das crianças com necessidades educativas especiais acusam mais “stress associado ao desenvolvimento” e “stress associado ao ambiente” na instrução das crianças. O “stress associado ao desenvolvimento” resulta das preocupações dos encarregados de educação em relação ao desenvolvimento das competências ao longo do processo de crescimento das

crianças, incluindo o estado emocional e a interacção social, enquanto que o “stress associado ao ambiente” decorre das preocupações relacionadas com questões que se prendem com a educação das crianças (aprendizagem escolar e prosseguimento dos estudos), bem como o planeamento da carreira e a adaptação à sociedade com a integração em novo ambiente após a vida escolar.<sup>31</sup> Por conseguinte, talvez seja o facto do stress e da preocupação nunca terem registado melhorias, a verdadeira razão da grande procura por parte dos encarregados de educação destes seis serviços (ou seja, os apoios disponibilizados não satisfazem as suas necessidades) e consideram que a comunidade e até o Governo deveriam prestar-lhes mais apoios). Se bem que o item “Q6. Disponibilização de informações sobre requerimento de equipamentos auxiliares para as crianças” esteja justamente posicionado no eixo transversal do diagrama matricial bidimensional da IPA, contudo passará a posicionar-se na “zona de melhoramento prioritário”, por ser um pouco mais seguro e conservador em termos estatísticos. Assim, cabe ao Governo da RAEM providenciar mais informações desta natureza, no sentido de satisfazer as necessidades dessas famílias, no que respeita ao requerimento de equipamentos auxiliares. Resumindo, segundo o apurado na IPA, estes oito itens são áreas que carecem de melhoria tanto da parte do Governo da RAEM, como dos estabelecimentos de ensino, das instituições de reabilitação sem fins lucrativos, e até da sociedade em geral. Assim, quando o Governo conseguir aprimorar estes oito itens, o nível de disponibilidade de apoio familiar poderá aumentar para os encarregados de educação. No entanto, por que razão é que os encarregados de educação ainda consideram insuficiente o apoio prestado pelo Governo da RAEM? Esta questão poderá ser objecto do nosso futuro estudo.

#### **4) Abordagem sobre a zona de melhoramento de baixa prioridade**

A estatística IPA revela a existência de nove modalidades de apoio familiar classificados como áreas de melhoramento de baixa prioridade, incluindo nomeadamente “Q18. Disponibilização de serviços de enfermagem e de cuidados

---

<sup>31</sup> Tong Chi Man e Sze Tat Ming, “Análise empírica sobre o stress dos encarregados de educação em relação à instrução: Exemplos dos encarregados de educação dos alunos inclusivos em Macau, in *Revista Evolução da Psicologia*, Volume 10, 2020-5.º, páginas 542 a 551.

às crianças”, “Q19. Disponibilização de serviços parentais de interação pais-filhos”, “Q20. Disponibilização de serviços parentais de treino domiciliário das crianças”, “Q21. Disponibilização de serviços parentais de apoio à aprendizagem das crianças”, “Q22. Disponibilização de serviços parentais para lidar com as emoções das crianças”, “Q23. Disponibilização de serviços de aconselhamento psicológico à família”, “Q24. Disponibilização de serviços de educação parental à família”, “Q28. Apoio dos vizinhos” e “Q29. Apoio dos colegas de emprego”. Estes itens registam pouca procura por parte dos encarregados de educação, embora a disponibilidade também seja baixa. Destes nove itens, verifica-se que a maioria constitui o apoio prestado directamente pelo Governo da RAEM. Tomando como exemplo os cursos destinados aos encarregados de educação e ministrados pelo Centro de Apoio Psicopedagógico e Ensino Especial no período compreendido entre Junho e Novembro de 2022, muitos deles envolviam conteúdos de interação pais-filhos, no contexto de crianças com necessidades educativas especiais, tratamento emocional das crianças, apoio à aprendizagem das crianças, treino domiciliário para as crianças, apoio psicológico aos encarregados de educação e educação parental para os mesmos.<sup>32</sup> Trata-se de itens de melhoramento de baixa prioridade, segundo revela o presente estudo; dos nove itens seis fazem parte de temas relacionados com a vertente “apoio de vida” (Questões 19 a 24), o que significa que apesar de, neste contexto, se verificar a prestação de apoio quer directamente por parte do Governo da RAEM, quer por parte das instituições de reabilitação mediante financiamento, no entanto ainda existe muito espaço para melhoria, no que se refere à dinâmica de apoio. Na perspectiva da IPA, estes nove itens também requerem aprimoramento, só que gozam de primazia os itens do segundo quadrante. No futuro, quando houver recursos suficientes, ao Governo basta aprimorar estes nove serviços, para que os encarregados de educação comecem a beneficiar do apoio familiar que lhes é concedido.

---

<sup>32</sup> “Série de acções de formação para pais ‘Apoio Global ao Desenvolvimento da Criança 2022’”, Centro de Apoio Psicopedagógico e Ensino Especial, Junho de 2022. [https://portal.dsedj.gov.mo/webdsejspace/addon/allmain/msgfunc/Msg\\_funclink\\_page.jsp?msg\\_id=89014&langsel=C](https://portal.dsedj.gov.mo/webdsejspace/addon/allmain/msgfunc/Msg_funclink_page.jsp?msg_id=89014&langsel=C)

## 2. Sugestões

De acordo com o resultado do estudo, O Governo da RAEM deve proceder, em primeiro lugar e ao acompanhamento e à revisão do Planeamento dos Serviços de Reabilitação da Região Administrativa Especial de Macau para o Próximo Decénio (2016 – 2025) e recorrer a entrevistas em profundidade, com vista a entender as razões pelas quais a disponibilidade de apoio familiar destinado às crianças com necessidades educativas especiais é manifestamente inferior à sua procura. Além disso, deve proceder ao aprimoramento dos itens que figuram na “zona de melhoramento prioritário” e “zona de melhoramento de baixa prioridade”; quando houver, posteriormente, recursos suficientes, também deve prosseguir com o aperfeiçoamento dos itens que figuram na “zona para manter o bom trabalho”, e considerar, em último lugar, a possibilidade de investir recursos destinados aos itens situados na “zona de provável excesso”. Tendo em conta as cinco vertentes de apoio familiar, nomeadamente “apoio de informação”, “apoio profissional”, “apoio à carreira”, “apoio de vida” e “apoio moral”, bem como os resultados obtidos através da IPA, resume-se na Tabela II abaixo, as sugestões para apresentar ao Governo da RAEM.

**Tabela II: Resumo sobre a distribuição das questões relacionadas com diversas vertentes de apoio familiar segundo a IPA**

	<b>Zona para manter o bom trabalho</b>	<b>Zona de melhoramento prioritário</b>	<b>Zona de melhoramento de baixa prioridade</b>	<b>Zona de provável excesso</b>
Apoio de informação (Q1 a Q6)	Q2, Q3, Q4, Q5	Q6		Q1
Apoio profissional (Q7 a Q12)	Q7, Q8, Q9, Q10	Q11, Q12		
Apoio à carreira (Q13 a Q18)	Q16	Q13, Q14, Q15, Q17	Q18	
Apoio de vida (Q19 a Q24)			Q19 a Q24	
Apoio moral (Q25 a Q30)	Q27	Q30	Q28, Q29	Q25, Q26

## 1) Apoio de informação

Nesta vertente, é necessário proceder, em primeiro lugar, ao aprimoramento do item “Q6. Disponibilização de informações sobre requerimento de equipamentos auxiliares para as crianças” situado na “zona de melhoramento prioritário”. Para o efeito, cabe ao Governo da RAEM coordenar os recursos das instituições públicas como o Centro de Apoio Psicopedagógico e Ensino Especial e o Instituto de Acção Social, no sentido de otimizar permanentemente as modalidades e formalidades de requerimento. Também se revela necessário a intensificação do relacionamento com o Centro de Recursos para Equipamentos Auxiliares de Macau, subordinado à União Geral das Associações dos Moradores de Macau, com vista a otimizar permanentemente as formalidades de requerimentos desse Centro, consultar oportunamente as recomendações dos especialistas e adquirir os equipamentos auxiliares adequados, Em segundo lugar, deve proceder-se ao aprimoramento dos quatro itens que se encontram na “zona de melhoramento prioritário”, nomeadamente “Q2. Disponibilização de informações de apoio à educação das crianças”, “Q3. Disponibilização de informações sobre os serviços sociais de apoio às crianças”, “Q4. Disponibilização de informações sobre os serviços de educação especial” e “Q5. Disponibilização de informações sobre materiais pedagógicos de apoio à aprendizagem das crianças”. Em relação à questão item 2, sugere-se que o Centro de Apoio Psicopedagógico e Ensino Especial continue a organizar, mais *workshops* e cursos relacionados com a educação parental de crianças com necessidades educativas especiais, para os encarregados de educação. No respeitante às questões que se prendem com os itens 4 e 5, além de otimizar a sua página electrónica, no sentido de facilitar o acesso dos encarregados de educação às informações pertinentes, o Centro também pode reforçar o contacto com estabelecimentos de ensino em causa, de forma a que também possam transmitir sistematicamente aos encarregados de educação as informações sobre serviços de educação especial e materiais pedagógicos de apoio à aprendizagem, sendo ainda necessário recorrer a uma série de acções promocionais que permitam aos respectivos docentes e trabalhadores dos estabelecimentos de ensino um

melhor conhecimento dos conteúdos dos serviços de apoio a essas crianças. Referindo-se à questão relacionada com item 3, a optimização das informações constantes da página electrónica do Instituto de Acção Social pode facilitar o acesso dos encarregados de educação às informações sobre prestação de serviços relacionados. Quando houver recursos suficientes, o Governo da RAEM poderá ponderar a necessidade de consolidar o item “Q1. Disponibilização de informações sobre diversos tipos de distúrbios do desenvolvimento físico e psicológico das crianças” situado na “zona de provável excesso”.

## **2) Apoio profissional**

Nesta vertente, é necessário proceder, em primeiro lugar, ao aperfeiçoamento de dois itens que figuram na “zona de melhoramento prioritário”, nomeadamente “Q11. Disponibilização de apoio emocional às crianças” e “Q12. Disponibilização de apoio de interacção social às crianças”. Tendo em conta que, na maioria dos casos, a família e a escola são os principais cenários das suas actividades, as crianças com necessidades educativas especiais passam muito tempo a interagir mais com os membros da família, docentes dos estabelecimentos de ensino, auxiliares e terapeutas, razão pela qual o Centro de Apoio Psicopedagógico e Ensino Especial deve organizar diversos tipos de seminários e *workshops* sobre o apoio emocional e a interacção social dessas crianças, para os profissionais dos estabelecimentos de ensino envolvidos e cuidadores principais nas famílias, no intuito de reforçar o apoio dos intervenientes às crianças, ao nível emocional e de interacção social. Em segundo lugar, existe a possibilidade de se proceder ao aprimoramento de quatro itens que figuram na “zona para manter o bom trabalho”, nomeadamente “Q7. Disponibilização de apoio para a aprendizagem das crianças”, “Q8. Disponibilização de apoio às crianças através de docentes especializados (tais como: professores de recurso e de educação especial”, “Q9. Prestação de assistência médica às crianças” e “Q10. Prestação de apoio de treinos terapêuticos às crianças”. Relativamente às questões que se prendem com os itens 7 e 8, o Centro de Apoio Psicopedagógico e Ensino Especial pode continuar a otimizar a sua componente de prestação de apoio técnico na deslocação aos estabelecimentos de ensino e para além de destacar o seu pessoal de apoio e

docentes de educação especial para visitar e fornecer sugestões pedagógicas mais específicas, o Centro também pode disponibilizar mais variedades de acções de formação em serviço para os docentes dos estabelecimentos de ensino, no âmbito da pedagogia, currículo e avaliação bem como incentivar, mediante modos optimizados de financiamento, a contratação por parte de estabelecimentos de ensino, de mais profissionais como docentes de recursos e de educação especial para fornecerem serviços pedagógicos de qualidade às crianças. Já em relação às questões relacionadas com os itens 9 e 10, cabem às instituições públicas criadas pelo Governo da RAEM, nomeadamente o Centro de Avaliação Conjunta Pediátrica e o Centro de Apoio Psicopedagógico e Ensino Especial, a possibilidade de continuar a optimizar todas as modalidades dos serviços de avaliação e de tratamento que dizem respeito à assistência médica e o tratamento de crianças com distúrbios do desenvolvimento, bem como estudar a forma e tomar medi encurtar ainda mais o tempo de espera de tratamento dessas crianças.

### **3) Apoio à carreira**

Nesta vertente, deve proceder-se, em primeiro lugar, ao aprimoramento de quatro itens situados na “zona de melhoramento prioritário”, nomeadamente “Q13. Planeamento para prosseguimento dos estudos das crianças”, “Q14. Planeamento do emprego das crianças”, “Q15. Acompanhamento contínuo da adaptação à vida após a conclusão de estudos” e “Q17. Treino de adaptação das crianças à comunidade”. Atendendo que estes quatro elementos têm muito a ver com o planeamento da carreira futura das crianças com necessidades educativas especiais e envolvem, muitas vezes, as competências da Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude, do Instituto de Acção Social e da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais, é necessário que haja uma boa coordenação entre estes quatro serviços, no que se refere a estes quatro itens. Em relação ao item 13, que diz respeito ao planeamento para prosseguimento dos estudos das crianças, o Governo da RAEM deve dar especial atenção a fase de transição de carreira das crianças, desde o ensino primário até o ensino secundário geral. Tendo em conta que, actualmente, existe, em Macau, pouca disponibilidade de vagas para os alunos do ensino secundário geral inclusivo, o Governo da

RAEM deve envidar esforços para impulsionar o desenvolvimento da educação inclusiva, por forma a que mais estabelecimentos do ensino secundário estejam dispostos a participar dessa modalidade de educação, aliviando, assim, a situação de escassez de vagas para as crianças frequentarem o ensino secundário. Quanto à matéria de emprego relacionada com o item 14, o Governo da RAEM deve, representado pela Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais e pelo Instituto de Acção Social, deve coordenar os trabalhos das empresas e dos estabelecimentos de ensino, no sentido de proporcionar mais oportunidades de emprego às crianças com necessidades educativas especiais, após a conclusão dos seus estudos. No respeitante aos itens 15 e 17, também deve haver melhor coordenação entre o Instituto de Acção Social e as instituições de reabilitação, para que estas estejam dotadas de mais recursos destinados às crianças com necessidades educativas especiais. Em segundo lugar, revela-se necessário aprimorar o item “Q18. Disponibilização de serviços de enfermagem e de cuidados às crianças” que figura na “zona de melhoramento de baixa prioridade”. No futuro, aquando do planeamento de novas zonas urbanas, o Governo deve reservar terrenos suficientes para construir casas de reabilitação, com vista a resolver a questão de cuidado das crianças com distúrbios graves de desenvolvimento, depois de atingirem a maioridade. Em terceiro lugar, é de otimizar o item “Q16. Treino de autocuidado das crianças” que figura na “zona para manter bom trabalho”. Havendo recursos suficientes, os terapeutas do Centro de Apoio Psicopedagógico e Ensino Especial e do Centro de Avaliação Conjunta Pediátrica poderão, por meio de workshops, transmitir aos encarregados de educação conhecimentos relativos às competências em matéria de treino para o auto-cuidado das crianças, bem como organizar periodicamente várias sessões de partilha que permitam a troca de impressões entre os encarregados de educação e o acompanhamento de treinos das crianças por estes profissionais.

#### **4) Apoio de vida**

Esta st vertente inclui seis itens que figuram na “zona de melhoramento de baixa prioridade”, nomeadamente “Q19. Disponibilização de serviços parentais de interacção pais-filhos”, “Q20. Disponibilização de serviços parentais de treino

domiciliário das crianças”, à “Q21. Disponibilização de serviços parentais de apoio à aprendizagem das crianças”, “Q22. Disponibilização de serviços parentais para lidar com as emoções das crianças”, à “Q23. Disponibilização de serviços de aconselhamento psicológico à família” e “Q24. Disponibilização de serviços de educação parental à família”, o que significa que não podem ser ignorados. Em virtude de estar em causa uma vasta área de abrangência, julga-se que, para além de continuar a organizar cursos e *workshops* do âmbito destes seis itens, o Centro de Apoio Psicopedagógico e Ensino Especial deve, por meio de financiamento ou de aquisição de serviços, terceirizar os serviços educativos e serviços sociais às instituições de reabilitação sem fins lucrativos, para que estas também possam oferecer às famílias com crianças com necessidades educativas especiais, diversos serviços de apoio de vida. A par disso, cabem aos serviços públicos competentes, o aperfeiçoamento dos regimes de financiamento, bem como apoiar e fiscalizar efectivamente quer os estabelecimentos de ensino quer as instituições de reabilitação sem fins lucrativos em causa, para que, desta forma, seja possível prestar às famílias, serviços de qualidade de apoio de vida.

## **5) Apoio moral**

Esta vertente requer, antes de mais, o aprimoramento de três itens que figuram na “zona de melhoramento prioritário”, nomeadamente “Q30. Apoio da comunidade e do Governo”, “Q28. Apoio dos vizinhos” e “Q29. Apoio dos colegas de trabalho”. O que merece a nossa reflexão é que apesar do Governo da RAEM ter investido, nos últimos anos, imensos recursos na educação especial, por que razão é que os encarregados de educação das crianças com necessidades educativas especiais continuam a pensar que o que o Governo e a comunidade deveriam prestar-lhes mais apoio? Neste estudo não foi possível apurar o motivo em causa, ainda assim cabe ao Governo procurar entender essas razões no futuro, mediante a realização de estudos por inquéritos e entrevistas. Relativamente aos itens 28 e 29, devem ser organizadas mais acções de sensibilização junto da comunidade, fazendo com que os vizinhos e os colegas de emprego entendam a necessidade de se solidarizarem com as famílias envolvidas, ao nível emocional, espiritual, comunicacional e sentimental, de modo a construir uma sociedade c

inclusiva. Em segundo lugar, pode proceder-se ao aprimoramento do item “Q27. Apoio escolar” na “zona para manter o bom trabalho”, podendo o Governo da RAEM reforçar o apoio à aprendizagem destas crianças através dos estabelecimentos de ensino, por meio de um bom planeamento escolar e de bolsas de estudo. Por fim, havendo recursos suficientes, poder-se-á organizar acções promocionais e de sensibilização sobre as matérias referentes aos itens “Q25. Apoio do cônjuge” e “Q26. Apoio dos familiares e amigos” que se encontram na “zona de provável excesso”.

### **3. Conclusão**

Pela análise estatística, o estudo detectou que para os encarregados de educação das crianças com necessidades educativas especiais, a disponibilidade de apoio familiar fica aquém da sua procura. A IPA, método estatístico de análise da qualidade dos serviços aplicado com frequência nas empresas e na administração pública, revela a existência de oito itens que figuram na “zona de melhoramento prioritário” e nove na “zona de melhoramento de baixa prioridade”, o que demonstra que dezassete das trinta modalidades podem ser aperfeiçoadas. Isto significa que o investimento do Governo nesses serviços de apoio tem surtido efeito, ainda que haja grande margem de melhoria. Embora alguns serviços de apoio sejam fornecidos por estabelecimentos de ensino e instituições de reabilitação financiados, é o Governo da RAEM que, na verdade, assume as rédeas das políticas concernentes aos serviços de apoio familiar, razão pela qual se obriga a analisar e reflectir as razões pelas quais estes serviços de apoio se revelam insuficientes, bem como continuar a fiscalizar o funcionamento dos serviços de apoio, com vista a apoiar, da melhor forma, as famílias em questão.